

Deputados de MT pedem nova audiência no STF para ampliar debate sobre disputa territorial com o Pará

Category: AMAZÔNIA, BRASIL, GERAL, NOVO PROGRESSO, PARÁ, REGIÃO
escrito por Chellsen Carneiro | 30 de julho de 2026



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) protocolou um novo pedido junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja realizada uma nova audiência de conciliação sobre a disputa territorial entre Mato Grosso e Pará. O objetivo é ampliar o debate para além da regularização fundiária, incluindo os impactos diretos na prestação de serviços públicos à população que vive na área em litígio.

O pedido foi encaminhado ao ministro Flávio Dino no último dia 16 de julho e ainda aguarda decisão.

Assembleia quer discutir impactos além da questão fundiária

Na manifestação apresentada ao STF, a Procuradoria-Geral da ALMT reforça que a conciliação não pode se restringir apenas à regularização das propriedades rurais.

Segundo a Assembleia, é necessário encontrar soluções para problemas envolvendo:

- Saúde;
- Segurança pública;
- Educação;
- Transporte;
- Regularização ambiental;
- Cadastros públicos;
- Ressarcimento de despesas entre os estados;
- Prestação compartilhada de serviços públicos.

A ALMT argumenta que milhares de moradores da região continuam utilizando serviços oferecidos por municípios mato-grossenses, apesar de a área ter sido reconhecida judicialmente como pertencente ao Pará.

- [STF reafirma vitória do Pará e mantém território em Disputa com Mato Grosso](#)

Regularização fundiária avançou

Durante a primeira audiência de conciliação realizada pelo STF, foi estabelecido prazo de 30 dias para que Mato Grosso apresentasse propostas complementares relacionadas à transição administrativa.

Nesse período, houve avanço na parte fundiária.

A Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso (PGE-MT) reuniu documentos enviados pelas prefeituras e informações técnicas sobre títulos de propriedade das áreas afetadas, permitindo evolução significativa desse eixo.

No entanto, segundo o Estado, os demais temas exigem participação de diversos órgãos estaduais, municipais e federais, motivo pelo qual foi solicitado prazo adicional para conclusão dos estudos.

Pará é contra ampliar o prazo

O Estado do Pará manifestou-se contrário ao pedido de prorrogação.

Na petição encaminhada ao STF, sustentou que o prazo inicialmente fixado deve ser mantido e defendeu que os demais assuntos possam ser resolvidos administrativamente, sem necessidade de permanecerem sob a supervisão direta do Supremo Tribunal Federal.

Assembleia teme prejuízos à população

Na nova manifestação, a ALMT afirma que retirar esses temas da conciliação poderá gerar insegurança para a população atingida.

Segundo a Assembleia, existe o risco de a regularização fundiária ser concluída rapidamente enquanto questões relacionadas aos serviços públicos permaneçam sem solução, dependendo de negociações futuras sem prazo definido.

A Procuradoria também afirma que municípios mato-grossenses já apresentaram documentos demonstrando que prestam atendimento contínuo às comunidades da região.

Por isso, solicita que o Estado do Pará apresente provas de que possui estrutura suficiente para assumir imediatamente serviços como atendimento hospitalar, segurança pública, transporte e demais políticas públicas.

Pedido alternativo ao STF

Caso o Supremo entenda que a conciliação não possa avançar sobre todos esses temas, a Assembleia apresentou um pedido alternativo.

A ALMT requer que sejam julgados integralmente os embargos de declaração apresentados por Mato Grosso, incluindo todas as questões de mérito ainda pendentes sobre a disputa territorial.

Além disso, solicitou uma nova audiência presencial com representantes do Estado e o ministro Flávio Dino para apresentar os impactos enfrentados pelos municípios e defender que todos os pontos permaneçam dentro da negociação conduzida pelo STF.

O pedido também aguarda manifestação da Corte.

Entenda a disputa territorial

A controvérsia entre Mato Grosso e Pará envolve uma área de aproximadamente **22 mil quilômetros quadrados** localizada na divisa entre os dois estados.

Embora o STF tenha decidido que o território pertence ao Pará, diversas comunidades da região continuam utilizando serviços públicos oferecidos por municípios de Mato Grosso, criando desafios administrativos e financeiros para ambos os estados.

A área em disputa compreende a região da **Cachoeira das Sete Quedas** e envolve seis municípios paraenses:

- Jacareacanga;
- Novo Progresso;
- Altamira;
- São Félix do Xingu;
- Cumaru do Norte;
- Santana do Araguaia.

A expectativa agora é pela decisão do ministro Flávio Dino sobre o pedido de nova audiência, que poderá definir os próximos passos da conciliação entre os dois estados.

Fonte: Portal Ponto na Curva e Publicado Por: Jornal Folha do

Progresso 30/07/2026/08:02:00

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:

adeciopiran.blog@gmail.com